



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - DCT
CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA

RAFAELA RITHELLY DE PAIVA OLIVEIRA

**IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS DOS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA
BOLSA FAMÍLIA NO MUNICÍPIO DE OLHO D'ÁGUA DO BORGES - RN**

CARAÚBAS

2018

RAFAELA RITHELLY DE PAIVA OLIVEIRA

**IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS DOS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA
BOLSA FAMÍLIA NO MUNICÍPIO DE OLHO D'ÁGUA DO BORGES - RN**

Monografia apresentada à Universidade Federal Rural do Semiárido - UFERSA, Campus Caraúbas, para a obtenção do título de Bacharel em Ciência e Tecnologia.

Orientador: Prof^o. M.Sc. Fabiano da Costa Dantas - UFERSA.

CARAÚBAS

2018

© Todos os direitos estão reservados a Universidade Federal Rural do Semi-Árido. O conteúdo desta obra é de inteira responsabilidade do (a) autor (a), sendo o mesmo, passível de sanções administrativas ou penais, caso sejam infringidas as leis que regulamentam a Propriedade Intelectual, respectivamente, Patentes: Lei nº 9.279/1996 e Direitos Autorais: Lei nº 9.610/1998. O conteúdo desta obra tomar-se-á de domínio público após a data de defesa e homologação da sua respectiva ata. A mesma poderá servir de base literária para novas pesquisas, desde que a obra e seu (a) respectivo (a) autor (a) sejam devidamente citados e mencionados os seus créditos bibliográficos.

O48i OLIVEIRA, Rafaela Rithelly de Paiva.
IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS DOS BENEFICIÁRIOS DO
PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO MUNICÍPIO DE OLHO
D'ÁGUA DO BORGES - RN / Rafaela Rithelly de Paiva
OLIVEIRA. - 2018.
52 f. : il.

Orientador: Fabiano da Costa Dantas.
Monografia (graduação) - Universidade Federal
Rural do Semi-árido, Curso de Ciência e
Tecnologia, 2018.

1. Pobreza. 2. Políticas Públicas. 3. Bolsa
Família. I. Dantas, Fabiano da Costa , orient. II.
Título.

O serviço de Geração Automática de Ficha Catalográfica para Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC's) foi desenvolvido pelo Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação da Universidade de São Paulo (USP) e gentilmente cedido para o Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (SISBI-UFERSA), sendo customizado pela Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação (SUTIC) sob orientação dos bibliotecários da instituição para ser adaptado às necessidades dos alunos dos Cursos de Graduação e Programas de Pós-Graduação da Universidade.

RAFAELA RITHELLY DE PAIVA OLIVEIRA

**IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS DOS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA
BOLSA FAMILIA NO MUNICÍPIO DE OLHO D'ÁGUA DO BORGES - RN**

Monografia apresentada a Universidade Federal Rural do Semi-Árido como requisito para obtenção do título de Bacharel em Ciência e Tecnologia.

APROVADA EM: 29 / 03 / 2018.

BANCA EXAMINADORA

Fabiano da Costa Dantas

Prof^o. M.Sc. Fabiano da Costa Dantas – UFERSA
Presidente

Calisto Rocha de O. Neto

Prof^o. M.Sc. Calisto Rocha de Oliveira Neto – UFERSA
Primeiro Membro

Paula Valéria Ferreira de Almeida Rodrigues

Prof^a. Paula Valéria Ferreira de Almeida Rodrigues – UEPB
Segundo Membro

OFEREÇO

À minha família, que sempre me amparou,
incentivou e fortaleceu.

DEDICO

Aos meus pais, Ivaneize Maria e Raimundo
Neto, pelo exemplo e dedicação durante a
minha criação.

AGRADECIMENTOS

A Deus pela dádiva da vida, pela oportunidade de realização deste trabalho e pela força nesta caminhada.

Aos meus pais Raimundo Neto e Ivaneize Maria. Que nunca mediram esforços para continuar me incentivando a cada dia. Nos momentos difíceis, nos momentos de alegria, sempre estiveram comigo. Vocês não me deram tudo que queriam, mas me deram tudo que tinham. Obrigado por tudo, tudo mesmo. Cada palavra, mesmo longe, todos os dias. Sou muito grata, por ter vocês ao meu lado. A vocês devo a minha vida.

Aos meus irmãos Carlos Nascimento e Líssia Letícia, que sempre me motivaram a continuar no caminho certo e por toda contribuição e paciência comigo neste trabalho.

Aos meus avós José Dias e Raimunda Ferreira, pelo amor e apoio incondicional ao longo desses anos.

Ao professor Fabiano da Costa Dantas, pela amizade, orientação, ensinamentos transmitidos e pela paciência comigo durante todo trabalho.

Aos amigos Daiane Jakeline e Elifran Dias pela amizade e contribuição importante nas pesquisas de campo.

Aos amigos Jakson Santos, Regiano Lima e Naiane Silva que sempre me acompanharam desde o começo tendo grande importância na minha caminhada acadêmica.

Aos amigos Delis Sunally, Cibelly Pereira e Helloyza Freitas, pela amizade de todas as horas e incentivo durante esses anos.

A todas as famílias entrevistadas, que sem suas participações os resultados não seriam possíveis.

A todos os meus amigos de longe, de perto, aos de longa data e as novas amizades, muito obrigada pelo carinho e incentivo que me ajudaram a concluir esta etapa e continuar a jornada.

Enfim, a todos que de uma forma direta e indireta contribuíram para a realização deste trabalho.

Assim como uma planta deve enfrentar muitos obstáculos antes de se transformar numa árvore, nós precisamos experimentar muitas dificuldades no caminho da vitória.

Nitiren Daishonin

RESUMO

Considerando que o tema da pobreza e da desigualdade socioeconômica ocupa as mentes de pesquisadores e gestores públicos em vista dos elevados índices de iniquidades sociais que vem se impondo em quase todo mundo, fez-se necessária a implementação de programas sociais que visassem intervir diretamente no problema da fome e propiciar condições de diminuir a pobreza. Surgindo assim, em 2003, o Programa Bolsa Família (PBF), programa de transferência de renda direta condicionada, ganhando representatividade em todo país. Mediante tal repercussão, o PBF torna-se objeto de estudo deste trabalho, na perspectiva de analisar os impactos socioeconômicos do Bolsa Família nas famílias beneficiadas no município de Olho D'Água do Borges – RN. A metodologia utilizada através de pesquisa bibliográfica e documental abrangendo várias obras relacionadas às políticas públicas. Além de uma pesquisa de campo, que fornecem dados fundamentais para análise e elaboração desse estudo. Desse modo, observa-se que O PBF proporcionou um aumento médio de 51,57% a mais na renda dos beneficiários e diminuiu em 20% a quantidade de famílias que não recebiam nenhuma renda, o que permite concluir que o PBF gera grande satisfação nas famílias beneficiadas em todas as zonas do município. Apesar disso, mesmo com os bons resultados obtidos, o PBF precisa de uma política capaz de criar mecanismos como forma de viabilizar a emancipação socioeconômica das famílias cadastradas para que não possam vir a depender sempre de políticas sociais.

Palavras-chave: Pobreza. Políticas Públicas. Bolsa família.

ABSTRACT

Considering that issue of poverty and socioeconomic inequality engage researchers minds and public manager, bearing in mind high levels of social inequalities that have been imposed on almost everyone, it was necessary to implement social programs to intervene directly in the problem of hunger, and provide conditions to reduce destitution. The Bolsa Família Program (PBF) emerges in 2003, a program of direct conditional income transfer, standing out act across the country. Through this repercussion, the PBF becomes the object of study of Undergraduate thesis, with the perspective of analyzing the socioeconomic impacts of Bolsa Família on beneficiary families on Olho D'Água do Borges – RN. The methodology used through the bibliographic research and documentary research of works related to public policies. In addition to a field survey, which to provide of basic fact on for analysis and elaboration this research. Thereby, it can be observed that PBF provided a average 51.57% increase in beneficiaries' income and a 20% reduction in the number of families that do not receive income, which leads to the conclusion that PBF generates great satisfaction in the beneficiary families in all areas of the municipality. However, even with the good results obtained, the PBF needs a policy capable of creating mechanisms as a way to allow the socioeconomic emancipation of registered families so that they can not always depend on social policies.

Keywords: Poverty. Public Policy. Bolsa Família.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Grau de escolaridade do responsável familiar beneficiário do PBF – Olho D’Água do Borges/RN, Zona Urbana (2018).....	30
Gráfico 2 – Grau de escolaridade do responsável familiar – Olho D’Água do Borges/RN, Zona Rural (2018).....	30
Gráfico 3 – Situação no mercado de trabalho do Responsável Familiar – Olho D’Água do Borges/RN, Zona Urbana (2018).....	31
Gráfico 4 – Situação no mercado de trabalho do Responsável Familiar – Olho D’Água do Borges/RN, Zona Rural (2018)	31
Gráfico 5 – Situação do domicílio da família – Olho D’Água do Borges/RN, Zona Urbana (2018).....	31
Gráfico 6 – Situação do domicílio da família – Olho D’Água do Borges/RN, Zona Rural (2018).....	31
Gráfico 7 – Quantidade de pessoas residentes por domicílio – Olho D’Água do Borges/RN, Zona Urbana (2018).....	40
Gráfico 8 – Quantidade de pessoas residentes por domicílio – Olho D’Água do Borges/RN, Zona Rural (2018).	40
Gráfico 9 – Frequência escolar das crianças e adolescentes beneficiárias do PBF – Olho D’Água do Borges/RN, Zona Urbana (2018).....	40
Gráfico 10 – Frequência escolar das crianças e adolescentes beneficiárias do PBF – Olho D’Água do Borges/RN, Zona Rural (2018).....	40
Gráfico 11 – Quantidade de domicílios com crianças em idade de vacinação – Olho D’Água do Borges/RN, Zona Urbana (2018).....	40
Gráfico 12 – Quantidade de domicílios com crianças em idade de vacinação – Olho D’Água do Borges/RN, Zona Rural (2018).	Erro! Indicador não definido.
Gráfico 13 – Quantidade de gestantes por domicílios – Olho D’água do Borges/RN, Zona Urbana (2018).....	40
Gráfico 14 – Quantidade de gestantes por domicílios – Olho D’Água do Borges/RN, Zona Rural (2018). 40	
Gráfico 15 – Quantidade de pessoas em situação de trabalho no domicílio – Olho D’Água do Borges/RN, Zona Urbana (2018).....	40
Gráfico 16 – Quantidade de pessoas em situação de trabalho no domicílio – Olho D’Água do Borges/RN, Zona Rural (2018).	40

Gráfico 17 – Nível de renda das famílias – sem o valor do benefício do Bolsa Família – Olho D'Água do Borges – RN, Zona Urbana (2016).....	40
Gráfico 18 – Nível de renda das famílias – sem o valor do benefício do Bolsa Família – Olho D'Água do Borges – RN, Zona Rural (2018).....	40
Gráfico 19 – Valor recebido do Bolsa Família – Olho D'Água do Borges – RN, Zona Urbana (2018).....	40
Gráfico 20 – Valor recebido do Bolsa Família – Olho D'Água do Borges -RN, Zona Rural (2018).....	40
Gráfico 21 – Nível de renda das famílias – com o valor do benefício do Bolsa Família – Olho D'Água do Borges – RN, Zona Urbana (2018).....	40
Gráfico 22 – Nível de renda das famílias – com o valor do benefício do Bolsa Família – Olho D'Água do Borges – RN, Zona Rural (2018).....	40
Gráfico 23 – Renda média das Famílias (em R\$) - com PBF e sem PBF – Olho D'Água do Borges – RN, Zona Urbana (2018).....	
Gráfico 24 – Renda média das Famílias (em R\$) - com PBF e sem PBF – Olho D'Água do Borges – RN, Zona Rural (2018).....	40
Gráfico 25 – Opinião dos representantes sobre o impacto do PBF no domicílio – Olho D'Água do Borges – RN, Zona Urbana (2018).....	40
Gráfico 26 – Renda média das Famílias (em R\$) - com PBF e sem PBF – Olho D'Água do Borges – RN, Zona Rural (2018).....	40

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEF – Caixa Econômica Federal

CPF – Cadastro de Pessoa Física

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MDS – Ministério de Desenvolvimento e Combate à Fome

PBF – Programa Bolsa Família

PFZ – Programa Fome Zero

PIB – Produto Interno Bruto

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

RF – Responsável pela Unidade Familiar

SENARC – Secretária Nacional de Renda e Cidadania

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
2. OBJETIVOS	17
2.1. OBJETIVO GERAL	17
2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	17
3. HIPÓTESES	18
4. REFERENCIAL TEÓRICO	19
4.1. POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL NO BRASIL	19
4.2. POLÍTICAS PÚBLICAS	20
4.2.1. O combate à pobreza através dos programas sociais.....	21
4.3. O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA	22
4.3.1. Condicionalidades exigidas pelo Programa Bolsa Família	23
4.3.2. Cadastro Único do Programa Bolsa Família	24
5. METODOLOGIA DA PESQUISA.....	26
5.1. UNIVERSO E AMOSTRA DA PESQUISA DE ESTUDO	26
5.2. OS MÉTODOS DE ABORDAGEM E DE PROCEDIMENTO	27
5.3. A NATUREZA DA PESQUISA	27
5.4. FONTES DE PESQUISA.....	28
5.5. ANÁLISE DESCRITIVA	28
5.6. INSTRUMENTOS DA PESQUISA	29
6. OS IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS DO BOLSA FAMÍLIA NO MUNICÍPIO DE OLHO D'ÁGUA DO BORGES - RN.	Erro! Indicador não definido.
6.1. CARACTERÍSTICAS SOCIAIS DAS FAMÍLIAS BENEFICIADAS PELO PBF	30
6.2. CARACTERÍSTICAS ECONÔMICAS DAS FAMÍLIAS BENEFICIADAS PELO PBF.....	41
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	41
REFERÊNCIAS	43
APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA.....	46

1. INTRODUÇÃO

Segundo Landim Junior (2009), o Brasil apresenta um grande potencial de desenvolvimento, entretanto, problemas como a desigualdade social, má distribuição de renda e pobreza ainda atingem inúmeros brasileiros. Esta desigualdade ocorre tanto no nível de indivíduos como no nível de unidades políticas, como a municipal. Esta conjuntura pode ser analisada por meio de indicadores sociais, como, por exemplo, educação, saúde, e fatores econômicos, através do PIB (Produto Interno Bruto) *per capita* dos estados da Federação.

A redução desta desigualdade é essencial para o avanço do país. Esta diminuição de tais problemas se deu através de uma maior assistência social prestada pelo estado, com a elaboração de programas assistenciais de transferência direta de renda aos mais pobres, em especial, pode-se citar o Programa Bolsa Família (PBF), criado no ano de 2003, a partir da unificação dos Programas Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Auxílio gás (WEISSHEIMER, 2010). De acordo com Campello (2013), o PBF se tornou o maior programa de assistência social do país, contribuindo para a melhoria de vida de milhões de brasileiros beneficiados conquistando uma grande importância e relevância social.

O Programa Bolsa Família tem por finalidades promover o acesso à rede de serviços públicos, em especial, a saúde, educação e assistência social; bem como o combate à fome e garantia alimentar e nutricional; o estímulo à emancipação sustentada das famílias que vivem em situação de pobreza, de acordo com a Lei 10.836 de 09 de janeiro de 2004 (BRASIL, 2004).

O valor que cada família recebe mensalmente é a soma de diversos tipos de benefícios previstos no Programa Bolsa Família. Sendo que os tipos e as quantidades de benefícios que cada família recebe dependem da composição familiar (número de pessoas, idades, presença de gestantes etc.) e da renda da família que irá receber o benefício. Neste sentido, a Caixa Econômica Federal, agente operador do PBF, é responsável pela geração da folha e pelo pagamento dos benefícios, interagindo de forma direta com os municípios, ao prestar suporte aos gestores municipais e às famílias beneficiárias (SILVA, 2007).

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), 2017, o Programa Bolsa Família atende mais de 50 milhões de brasileiros em situação de pobreza absoluta. Em quatorze anos de existência, o PBF vem se constituindo como programa de transferência de renda de maior alcance em termos de população atendida.

A região Nordeste, concentra o maior número de beneficiários do PBF, essa concentração ocorre devido à carência social e econômica das famílias nessa região, que se

encontra em situação de pobreza e sem acesso às necessidades básicas de alimentação, educação e saúde (PEQUENO, 2008).

No Estado do Rio Grande do Norte (RN), o Programa Bolsa Família beneficia um total de 341.919 famílias (CEF, 2017), o que promove a inclusão social e contribui para emancipação dessas famílias, construindo meios e condições para que elas possam sair da condição de vulnerabilidade que se encontram. Já o município de Olho D'Água do Borges (RN), segundo a estimativa do IBGE (2017), possui aproximadamente 4.349 habitantes, e deste total, 649 famílias estão cadastradas no Programa Bolsa Família (CEF, 2017).

O Programa abrange as famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza, e apresenta três eixos principais: 1ª transferência direta de renda, objetivando à redução imediata da pobreza; 2ª condicionalidades, que reforçam o acesso a direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social; e 3ª programas complementares, que promovem oportunidades e condições para superar a pobreza de forma sustentável (ABENSUR et al., 2007).

As famílias beneficiadas pelo PBF possuem total liberdade na utilização do valor recebido, todavia, este dinheiro é utilizado praticamente em quase sua totalidade no município em que se habita, contribuindo diretamente para a movimentação da economia da cidade, gerando renda e dinamizando o comércio local. Grande parte desta renda é utilizada para aquisição de alimentos e posteriormente para compra de roupas e calçados (PEREIRA, 2006).

O tema pobreza e desigualdade socioeconômica ocupam as mentes da maioria dos pesquisadores e gestores públicos devido aos elevados índices de iniquidades sociais que vem se impondo em quase todo mundo. O Programa Bolsa Família (PBF) é a principal estratégia recente do Brasil que objetiva o combate à pobreza extrema, a fome e a desigualdade social e é por isso que em geral espera-se que o PBF produza mudanças na vida das famílias, quer pela maior capacidade de consumo decorrente do benefício monetário, quer pelo maior acesso às ações e serviços públicos decorrente das condicionalidades, ou pelo impacto de programas complementares que venham a incidir sobre as famílias (MDS, 2013).

Em 2017 o programa completou quatorze anos de implantação e apresenta resultados positivos e significativos em diversas áreas como educação, saúde e assistência social, colaborando para uma melhoria considerável na vida dos beneficiários em todo o Brasil. Em se tratando apenas do município de Olho D'Água do Borges – RN, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2017) são em média cerca de 649 famílias beneficiadas mensalmente, número de beneficiários proporcionalmente grandes, quando comparado com o número de habitantes da cidade, que possui em média de 4.380 habitantes (IBGE, 2014).

Por sua importância para as pessoas mais carente do Brasil, os programas sociais tornam-se potencialmente objetos de estudos e pesquisas em várias áreas do conhecimento científico, principalmente na análise dos seus impactos diretos e indiretos nas sociedades economicamente mais pobres.

Em face dessa questão, o estudo tem como objetivo verificar os impactos socioeconômicos do Programa Bolsa Família na vida dos beneficiários do município de Olho D'Água do Borges - RN, assim como explicitar a importância que esse benefício social representa para economia local.

2. OBJETIVOS

2.1. OBJETIVO GERAL

Avaliar os impactos socioeconômicos do Programa Bolsa Família nas famílias beneficiadas, no município de Olho D'Água do Borges – RN.

2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Identificar o número de famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família;
- Verificar o valor total dos benefícios destinados ao município de Olho D'Água do Borges - RN;
- Constatar o grau de escolaridade dos beneficiários;
- Detectar o número de indivíduos que possuem renda dentro da família;
- Levantar pontos fracos e fortes do Programa Bolsa Família no município de Olho D'Água do Borges - RN.

3. HIPÓTESES

De acordo com Smith (2003), hipóteses são supostos relacionamentos, possivelmente causais, entre duas ou mais variáveis ou conceitos, que são possíveis de serem testados. Sendo assim, devido à grande importância do Programa Bolsa Família, como amenizador da situação de pobreza entre as famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômicas, a presente pesquisa testou a seguinte hipótese: o Programa Bolsa Família gera impactos positivos sobre as famílias beneficiadas no município de Olho D'Água do Borges, no estado do Rio Grande do Norte (RN).

4. REFERENCIAL TEÓRICO

4.1. POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL NO BRASIL

Numa perspectiva geral, pode-se associar a evolução da distinção de classes no Brasil ao seu próprio processo de colonização, que foi colonizado com o objetivo de explorar os recursos naturais existentes no território não possuindo a intenção de povoar como ocorreu em outros países. O processo de ocupação territorial ocorreu para suprir os interesses do mercado, explorando cada vez mais o território desconhecido em busca de terras férteis (COSTA, 2005).

O Brasil, que apresentou um histórico semelhante ao de outros países latino-americanos, enfrentou os mesmos problemas, principalmente após sua independência, no século XIX, tendo níveis de pobreza e miséria elevados em quase todas as regiões, em especial no Nordeste, região atingida pela seca e a estagnação econômica, como foi no período de declínio da economia açucareira (MIRANDA, 2010).

Segundo Weisheimer (2006), muito embora estes fatos históricos pudessem justificar a pobreza aparente em nosso país, em suma, outros aspectos contribuem para esse cenário nacional, tais como: centralização de capitais, má distribuição de renda, etc.

No Brasil, os 10% mais ricos da população são donos de 46% do total da renda nacional, enquanto os 50% mais pobres, ou seja, cerca de aproximadamente 87 milhões de pessoas ficam com apenas 13,3% do total da renda nacional. Somando 14,6 milhões de analfabetos, e pelo menos 30 milhões de analfabetos funcionais. (WEISHEIMER, 2006).

A pobreza é entendida como fruto da ação dos homens, sendo resultado das formas como estes pensam, interpretam e direcionam a construção da história, da forma como aceitam os padrões mínimos de sobrevivência de cada indivíduo presente na sociedade. No Brasil, a existência da pobreza não ocorre devido à falta de recursos e sim da desigual distribuição destes. Entendendo, que o Brasil é um país rico, porém, com maiores índices de desigualdade do mundo (CUNHA, 2010).

No Brasil, segundo pesquisa do IBGE (2016), 11,2% da população se encontra abaixo da linha da pobreza, e é visando diminuir essa estatística que existe no governo várias políticas sociais já implantadas para o combate à pobreza.

4.2. POLÍTICAS PÚBLICAS

Segundo Alves (2008), no Brasil, atualmente, vem sendo apresentando um modelo de proteção social complexo, composto de diversos programas sociais em desenvolvimento nas esferas municipal, estadual, federal, onde se constata que experiências em torno dos programas de transferência direta de renda representavam um avanço no campo das políticas públicas. O surgimento das políticas públicas de assistência social no Brasil começou em 1824, com os chamados socorros públicos, tendo estes à função de prover auxílio às famílias indigentes (A CARTA BASILEIRA *apud* BALERA, 2007).

A partir daí começaram a surgir vários decretos, leis e normas, voltadas à assistência social, principalmente de caráter previdenciário (BRASIL, 2010). A primeira destas mudanças ocorreu no primeiro governo de Vargas, após o final da República Velha (BRASIL, 2010), resultando em grandes conquistas por parte dos trabalhadores, especialmente de ordem previdenciária. Essas conquistas foram devidas em grande parte ao “manto do sindicalismo orgânico de Vargas” (BRASIL, 2010). Houve desta forma, várias mudanças no critério de elegibilidade para alguns benefícios sociais, tais como “adoção de critérios de inclusão não econômicos, como o gênero e a idade” (MDS, 2008).

A segunda mudança foi nos anos 1980, com a ascensão dos direitos sociais, promulgados, na qual compreende um conjunto integrado de ações de iniciativas dos poderes públicos e da sociedade destinado a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e a assistência social (BALERA, 2007).

A terceira fase de mudanças na expansão das políticas sociais inicia-se após 1994. Com a implantação do Plano Real, ocorre a estabilização econômica, com o controle da inflação e inicia-se o processo de elaboração de vários programas sociais que visavam especialmente reduzir a desigualdade social no Brasil. Ao contrário de outros planos de assistência social, que se mostravam de caráter emergencial e temporário, como o exemplo das “emergências” que ocorriam no Nordeste, agora os planos tinham uma estrutura própria, baseados em metas específicas, mas sempre seguindo um objetivo geral: a redução da pobreza e da desigualdade social (BRASIL, 2009).

Deste então, as políticas públicas ganharam enfoque, visando minimizar a pobreza através do desenvolvimento de ações e atividades por meio do Estado diretamente ou indiretamente, com proposta de assegurar determinado direito de cidadania, de forma difusa ou para determinado seguimento social, cultural, étnico ou econômico. As políticas públicas correspondem a direitos assegurados constitucionalmente ou que se afirmam graças ao

reconhecimento por parte da sociedade e/ou pelos poderes públicos enquanto novos direitos das pessoas, comunidades, coisas ou outros bens materiais ou imateriais (ORTEGA, 2007).

4.2.1. O combate à pobreza através dos programas sociais

Conforme Maia (2008), as Políticas Sociais são entendidas como a intervenção do Estado nas questões sociais existentes para compensar as distorções decorrentes do processo de desenvolvimento capitalista, que descrimina e faz com que a distância entre ricos e pobres seja cada vez maior. As famílias na sociedade capitalista não dispõem de igualdade de condições, sendo que os mais pobres tendem a reproduzir continuamente o ciclo da pobreza: baixo nível educacional, má alimentação e saúde, instabilidade no emprego e baixa renda. Ao desencadear políticas sociais, o Estado procura equiparar as oportunidades entre os pobres e ricos, diminuindo a distância entre esses dois grupos e permitindo que as novas gerações quebrem o ciclo da pobreza.

O Brasil nos últimos 14 anos vem apresentando um modelo de proteção social complexo, composto de diversos programas sociais em desenvolvimento nas esferas municipal, estadual, federal, onde se constata que experiências em torno dos programas de transferência direta de renda representavam um avanço no campo das políticas públicas (ALVES, 2008).

Tendo então, no Brasil, basicamente dois modelos de políticas sociais: as que atendiam a toda população, através da oferta de bens e serviços públicos de caráter universalista, e outras políticas que atendiam diretamente os problemas sociais, denominados programas sociais ou políticas sociais propriamente ditas que são vistos por algumas correntes teóricas como políticas assistencialistas, imediatistas, e até populistas, termo este que significa em síntese: políticas que procuram resolver somente os efeitos dos problemas sociais e não suas causas, angariando apoio da população através de repasse de renda ou concessão de benefícios a certas classes sociais (BRASIL, 2010)

Foram criados no período dos dois governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1994 – 2002) ao todo quatro programas sociais, centrados basicamente nas áreas de alimentação, renda e educação, já implantando o sistema de condicionalidades, avanço significativo na gestão dos programas sociais (BRASIL, 2009).

Dando continuidade a esses programas é implantado o Programa Fome Zero (PFZ), na gestão de Luiz Inácio Lula da Silva, consistindo em um conjunto de medidas de assistência social. No segundo ano de vigência do PFZ, todos os programas federais voltados a população de baixa renda foram unificados no Programa Bolsa Família (PBF) Bolsa Escola, Auxílio-Gás,

Cartão Alimentação e inclusive a Bolsa Alimentação, o que possibilitou uma maior eficiência nas aplicações dos recursos financeiros e um melhor acompanhamento das famílias beneficiadas (ORTEGA, 2007).

4.3. O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

O Programa Bolsa Família foi criado em janeiro de 2004, Lei 10.836/2004 e regulamentado pelo Decreto nº 5.209/2004, neste unifica os benefícios sociais até então existentes, é um programa focalizado e sua abrangência é nacional, sendo considerado um dos maiores programas de transferência direta de renda do mundo (DEUS, 2013).

Cada um desses programas estava sob a responsabilidade de um órgão específico, o que dificultava ou mesmo inviabilizava a coordenação de ações de caráter Inter setorial para o combate à pobreza. A unificação dos programas sociais de transferência de renda buscou reduzir os custos gerenciais e as duplicidades de pagamentos, além de possibilitar melhorias na região (BRASIL, 2010).

O foco do programa são as famílias que se encontram em situação de pobreza e extrema pobreza, tendo como objetivos: promover o acesso a rede de serviços públicos, em especial, de saúde, educação e assistência social, combater a fome e promover a segurança alimentar e nutricional, estimular a emancipação sustentada das famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza, combater a pobreza e promover a intersetorialidade, a complementaridade e a sinergia das ações sociais do Poder Público (DECRETO Nº 5.209, 2004).

Esses objetivos são articulados a partir da definição de três dimensões essenciais, quais sejam: a) alívio imediato da pobreza, promovido pela transferência de renda; b) reforço ao exercício de direitos sociais na área de educação e saúde, alcançado pela aplicação das condicionalidades e; c) coordenação de programas complementares, buscando o desenvolvimento das famílias e a superação de suas vulnerabilidades (MIRANDA, 2011).

O valor que a família recebe por mês é a soma de vários modelos de benefícios previstos no Programa Bolsa Família. Os modelos e as quantidades de benefícios que cada família recebe dependem da composição (número de pessoas, idades, presença de gestantes etc.) e da renda da família beneficiária.

O programa possui o benefício básico e os benefícios variáveis. O benefício básico, que atualmente é uma ajuda de R\$ 85,00, é aplicado apenas as famílias extremamente pobres (renda mensal por pessoa de até R\$ 85,00), já os benefícios variáveis são divididos em 3 grupos:

benefício variável vinculado à criança ou adolescente de 0 a 15 anos, benefício variável vinculado a gestante e o benefício variável vinculado à nutriz (BRASIL, 2015).

Cada benefício variável contribui com um auxílio de R\$ 39,00 por cada integrante que se encaixe nas condicionalidades exigidas, e é pago às famílias com renda mensal de até R\$ 170,00 por pessoa (BRASIL, 2015).

Há também, o benefício para superação de extrema pobreza, que possui o valor calculado individualmente para cada família. É pago às famílias que continuem com renda mensal por pessoa inferior a R\$ 85,00, mesmo após receberem os outros tipos de benefícios do Programa. O valor do benefício é calculado caso a caso, de acordo com a renda e a quantidade de pessoas da família, para garantir que a família ultrapasse o piso de R\$ 85,00 de renda por pessoa (BRASIL, 2015).

O Programa Bolsa família contribui para que diversas famílias possam estar fora das condições de vulnerabilidade econômicas e sociais, ou pelo menos visa amenizar os impactos provocados pela falta de renda das pessoas menos favorecidas.

4.3.1. Condicionalidades exigidas pelo Programa Bolsa Família

O Programa Bolsa Família é um programa de transferência de renda com condicionalidades, que beneficia famílias em situação de pobreza e extrema pobreza. As condicionalidades são fatores estratégicos para mudança da situação de pobreza atual (FERRAZ, 2008).

O programa tem um papel fundamental em reforçar o acesso das famílias à educação e à saúde, por meio de alguns compromissos. Mas não são apenas os beneficiários que têm a responsabilidade de cumprir esses compromissos. O poder público também deve ter um foco nessas famílias ao garantir a elas a oferta e a qualidade dos serviços (BRASIL, 2015).

O acesso à educação reduz a fragilidade social e econômica, pessoas com baixa escolaridade que se submetem a condições precárias de trabalho e com baixa remuneração, pessoas mais instruídas tem mais possibilidade de emprego, com maior retorno econômico. Neste sentido, os responsáveis devem matricular as crianças e os adolescentes de 6 a 17 anos na escola, a frequência escolar deve ser de, pelo menos, 85% das aulas para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos e de 75% para jovens de 16 e 17 anos, todo mês (BRASIL, 2015).

Acesso a saúde é um direito universal, neste programa ele também aparece como condições para que beneficiários se mantenham no programa, ampliar estoque de saúde das pessoas é também investir na capacidade de produção. Os responsáveis devem levar as crianças

menores de 7 anos para tomar as vacinas recomendadas pelas equipes de saúde e para pesar, medir e fazer o acompanhamento do crescimento e do desenvolvimento, as gestantes devem fazer o pré-natal e ir às consultas na Unidade de Saúde (BRASIL, 2015).

Essas condicionalidades são de fundamental importância para garantir que o poder público ofereça, efetivamente, os serviços de educação e de saúde à população em situação de pobreza e extrema pobreza, identificar quadros de vulnerabilidades entre as famílias que estão com dificuldades para acessar esses serviços públicos, encaminhar essas famílias para a rede de assistência social, a fim de que elas possam superar a vulnerabilidade e voltar a cumprir seus compromissos, e contribuir para o desenvolvimento saudável das crianças, e para que os estudantes de famílias do Bolsa Família concluam a educação básica, tendo melhores condições de vencer o ciclo de pobreza (FERRAZ, 2008).

O não cumprimento das condicionalidades por parte dos beneficiários acarreta primeira advertência, que não afeta o recebimento do benefício. Quando o descumprimento se repete em um período de até seis meses, há o bloqueio, que impede que as famílias recebam o benefício por um mês, embora esse valor possa ser sacado depois. Se, após o bloqueio, houver novo descumprimento em até seis meses, o benefício fica suspenso por dois meses, sem possibilidade de a família reaver essas parcelas (DEUS, 2012).

O efeito mais grave é o cancelamento do benefício, mas isso é uma exceção, pois o descumprimento dos compromissos do programa de forma reiterada pode ser um sinal de que a família está em maior vulnerabilidade. Assim, famílias nessa situação só podem ser desligadas do Bolsa Família depois de passarem por acompanhamento pela área de assistência social no município (BRASIL, 2015).

4.3.2. Cadastro Único do Programa Bolsa Família

Para ter acesso ao programa o beneficiário terá que passar pelo Cadastro Único, que é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, permitindo que o governo conheça melhor a realidade socioeconômica dessa população. Nele são registradas informações como: características da residência, identificação de cada pessoa, escolaridade, situação de trabalho e renda, entre outras (BRASIL, 2015).

O cadastro também servirá para outros programas em todas as instâncias governamentais e também para planejamento de ações diversas das demais secretarias no município, sendo usado obrigatoriamente para a concessão dos benefícios do Programa Bolsa Família, da Tarifa Social de Energia Elétrica, do Programa Minha Casa Minha Vida, da Bolsa

Verde, entre outros. Por isso, ele se torna como uma porta de entrada para as famílias acessarem diversas políticas públicas (BRASIL, 2015).

Quanto à quantidade de benefícios disponíveis para cada município dependerá do número estimado de famílias pobres com base nas informações do IBGE, censo demográfico e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), para seleção será considerada a composição de cada família em situação de pobreza e extrema pobreza (DEUS, 2012).

As famílias que podem se inscrever no cadastro único são aquelas que possuem renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa, famílias com renda mensal total de até três salários mínimos ou famílias com renda maior que três salários mínimos, desde que o cadastramento esteja vinculado à inclusão em programas sociais nas três esferas do governo. As famílias com apenas um integrante também pode se cadastrar, elas constituem as chamadas famílias unipessoais (BRASIL, 2015).

No município cabe a gestão coletar, incluir, excluir e atualizar os dados. A seleção de beneficiários será feita pelo MDS com base nas informações cadastrada. Para se inscrever no Cadastro Único, é preciso que uma pessoa da família se responsabilize por prestar as informações de todos os membros da família para o entrevistador. Essa pessoa — chamada de Responsável pela Unidade Familiar (RF) — deve ter pelo menos 16 anos e, preferencialmente, ser mulher (BRASIL, 2015).

As pessoas inscritas no Cadastro Único assumem o compromisso de prestar informações verdadeiras e atuais sobre sua família. Manter o cadastro atualizado é importante porque o governo utiliza esses dados para conhecer melhor as necessidades das famílias e oferecer benefícios e serviços sociais que contribuam para a melhoria de vida de todos (MIRANDA, 2011).

O responsável familiar deverá apresentar todos os dados da família, como o CPF, certidão de nascimento, carteira de identidade, carteira de trabalho ou título de eleitor, mantendo os dados sempre atualizados. Se alguém da família ou se todos integrantes não tiverem documentos, não tem problema. O entrevistador do Cadastro Único deve fazer a entrevista, orientar e encaminhar a família ou a pessoa para tirar os documentos. O cadastramento é um direito da família de baixa renda (BRASIL, 2015). Por fim, após o cadastramento, será analisada a situação da família e, se dentro das condicionalidades exigidas, a família terá acesso aos benefícios do Programa Bolsa Família.

5. METODOLOGIA DA PESQUISA

Neste projeto, utilizou-se diversos modelos de pesquisa, sendo: pesquisa bibliográfica, pesquisa de campo e pesquisa qualitativa e quantitativa.

5.1 UNIVERSO E AMOSTRA DA PESQUISA DE ESTUDO

O estudo foi desenvolvido no município de Olho D'Água do Borges – RN, onde boa parte das famílias existentes fazem uso do Programa Bolsa Família, sendo, para elas, a principal fonte de renda existente na família.

A cidade de Olho D'Água do Borges-RN está localizada no interior do Rio Grande do Norte a 332,1 km da capital do estado, Natal. Ocupando uma área de 141,170 km², com uma população de 4380 habitantes, de acordo com o censo 2010 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Imagem 01: Localização da cidade de Olho D'Água do Borges no mapa do Rio Grande do Norte.



Fonte: IBGE, 2010.

Em relação aos elementos da pesquisa, estes se definem por famílias pobres, que se enquadram dentro dos critérios exigidos para ingresso no PBF no município de Olho D'Água

do Borges - RN, que atualmente, segundo dados coletados no Sistema de Benefícios ao Cidadão (SIBEC), totalizam o número de 649 famílias beneficiadas no município (CEF, 2018).

Para a definição da amostra, foi utilizado um método probabilístico, sendo que a amostra foi encontrada a partir da equação estatística (1), contida em Gil (2002), onde o universo considerado foi a população beneficiada pelo PBF, representado por um nível de confiança de 90%, tendo como tolerância de erro de $\pm 5\%$. O resultado apresentado pela amostra foi de 137 famílias escolhidas para a realização da entrevista.

$$n = \frac{\sigma^2 \cdot p \cdot q \cdot N}{e^2 \cdot (N-1) + \sigma^2 \cdot p \cdot q} \quad (1)$$

n = tamanho da amostra;

σ = nível de confiança escolhido, expresso em número de desvio-padrão;

p = porcentagem com o qual o fenômeno se verifica;

q = percentagem complementar ($q = 1-p$);

N = tamanho da população;

e = erro máximo permitido.

5.2 OS MÉTODOS DE ABORDAGEM E DE PROCEDIMENTO

O método utilizado na abordagem consistiu no método dedutivo, que parte de princípios reconhecidos como verdadeiros e indiscutíveis e possibilita chegar a conclusões de maneira puramente formal, isto é, em virtude unicamente de sua lógica (GIL, 2008). No que diz respeito aos métodos de procedimento utilizados, destaca-se o estatístico.

O método estatístico se fundamenta na aplicação da teoria estatística da probabilidade e constitui importante auxílio para a investigação em ciências sociais, ou seja, torna-se possível determinar, em termos numéricos, a probabilidade de acerto de determinada conclusão, reforçando conclusões obtidas mediante a experimentação e a observação (ALVES, 2016).

5.3 A NATUREZA DA PESQUISA

A presente pesquisa caracteriza-se por ordem quali-quantitativa. Qualitativa, pois a mesma está mais relacionada no levantamento de dados sobre as motivações de um grupo, em compreender e interpretar determinados comportamentos, a opinião e as expectativas dos

indivíduos de uma população (RICHARDSON, 1999). De tal modo, utilizou-se a pesquisa para levantar dados sobre os impactos socioeconômicos que o Programa Bolsa Família gera nos beneficiários do município de Olho D'Água do Borges – RN. Quantitativa, porque ela busca descrever os fenômenos utilizando a mensuração através de técnicas estatísticas (RICHARDSON, 1999) e por causa da obtenção de informações junto a diversas entidades e fontes.

5.4 FONTES DE PESQUISA

Utilizaram-se diversos meios de fontes, entre elas: O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), a Caixa Econômica Federal (CEF) e a Secretária Nacional de Renda de Cidadania (SENARC) (fontes secundárias), e também através de pesquisa de campo (fonte primária).

5.5 ANÁLISE DESCRITIVA

Quanto aos procedimentos técnicos, ou seja, a maneira pela qual obtém-se os dados necessários para a elaboração da pesquisa, faz-se uso da pesquisa bibliográfica e documental.

A pesquisa bibliográfica, utilizam-se dados e informações a partir de material já publicado, constituído principalmente de: livros, revistas, publicações em periódicos e artigos científicos, jornais, boletins, monografias, dissertações, teses, material cartográfico, internet, com o objetivo de colocar o pesquisador em contato direto com todo material já escrito sobre o assunto da pesquisa (GIL, 2008). Já a Documental, pois ela baseia-se em materiais que não receberam ainda um tratamento analítico ou que podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa (GIL, 2008).

Quanto aos fins, trata-se de uma pesquisa descritiva-explicativa. Descritiva pois apenas registra e descreve os fatos observados sem interferir neles e consegue descrever as características de determinada população ou fenômeno, fazendo uma ponte entre as variáveis do estudo. E explicativa, por que procura explicar os porquês das coisas e suas causas (GIL, 2008).

5.6 INSTRUMENTOS DA PESQUISA

Para o presente trabalho, devido à caracterização do tema e do objeto de estudo, consistiu na utilização de recursos teóricos. Tais recursos se dão pelo estudo de artigos, livros, revistas e sites, de forma a se conseguir um melhor entendimento do assunto. Também se coletou informações através de questionários, aplicados aos usuários do Programa Bolsa Família do município de Olho d'Água do Borges – RN, com o objetivo de refletir a opinião dos entrevistados e adquirir informações sobre o benefício. O questionário foi aplicado nas famílias de forma aleatória, nele consta perguntas simples e de fácil entendimento, relacionadas as principais aplicações do benefício recebido e suas condicionalidades.

Depois de feita a coleta dos dados, os mesmos foram tabulados e convertidos em gráficos, facilitando assim a verificação das análises quantitativas e qualitativas, colaborando para a resolução dos questionamentos levantados pelo estudo.

6. RESULTADOS E DISCUSSÕES

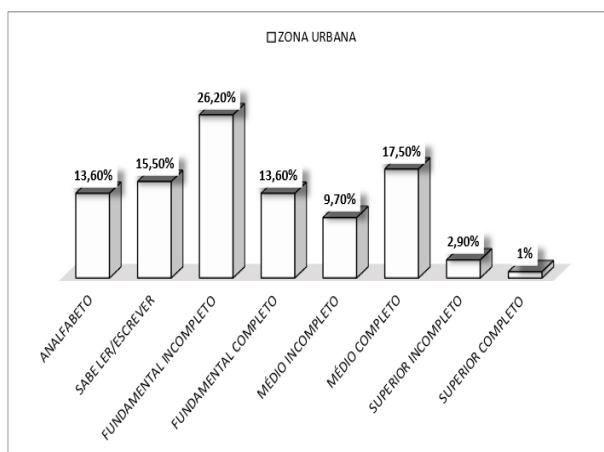
Este trabalho tem como intuito analisar os impactos socioeconômicos do PBF nas famílias beneficiadas no município de Olho D'Água do Borges - RN. Para a realização da avaliação foi utilizado o método de entrevistas, aplicado às famílias beneficiadas, de acordo com a fórmula algébrica 1, o tamanho obtido da amostra para estudo foi de 137 famílias, na qual 103 famílias são da zona urbana e 34 da zona rural, buscando-se assim, fazer um comparativo dos impactos causados pelo Programa Bolsa Família nessas duas áreas.

Depois de realizadas as entrevistas, e com os dados coletados e tabulados, passa-se então ao processo de análise e interpretação dos mesmos. Desta forma, a análise foi dividida em dois blocos, para melhor compreensão do estudo. O Primeiro grupo é o das características sociais, composto por informações referentes à educação, saúde e alimentação. O segundo grupo é o das características econômicas contendo dados pertinentes à renda e ao consumo das famílias estudadas.

6.1 CARACTERÍSTICAS SOCIAIS DAS FAMÍLIAS BENEFICIADAS PELO PBF

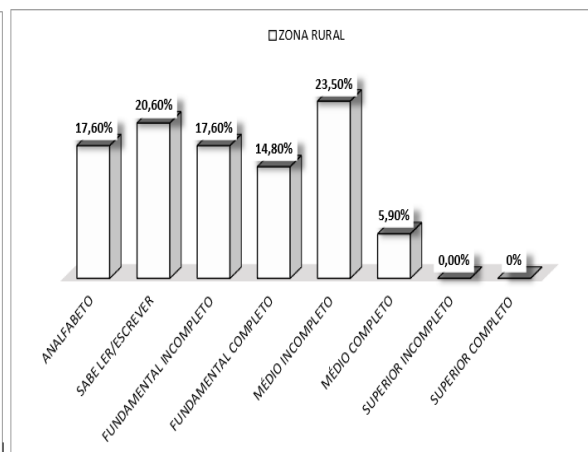
No que diz respeito às características sociais das famílias beneficiadas pelo PBF, pode-se verificar baixos níveis educacionais entre os adultos responsáveis pela casa, como mostra o gráfico 1 e 2, embora existam várias instituições públicas de ensino no município, tanto na zona urbana quanto na zona rural, divididas pelas diversas classes do ensino.

Gráfico 1 – Grau de escolaridade do responsável familiar – Olho D'Água do Borges/RN, Zona Urbana (2018).



Fonte: Pesquisa de campo. Elaboração: Autora.

Gráfico 2 – Grau de escolaridade do responsável familiar – Olho D'Água do Borges/RN, Zona Rural (2018).

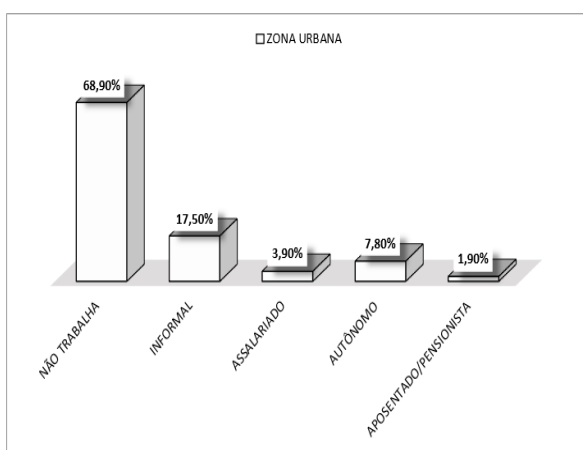


Fonte: Pesquisa de campo. Elaboração: Autora.

Pode-se observar no Gráfico 1, que 26,20% dos responsáveis familiares possuem somente o ensino fundamental incompleto, enquanto 17,5% dos entrevistados apresenta o ensino médio completo. Porém, ainda existe uma representação significativa dos segmentos analfabetos e daqueles que sabem somente ler e/ou escrever, com respectivamente 13,6% e 15,5%, alguns responsáveis familiares possuem nível de escolaridade superior (2,9%) ou estão cursando (1%).

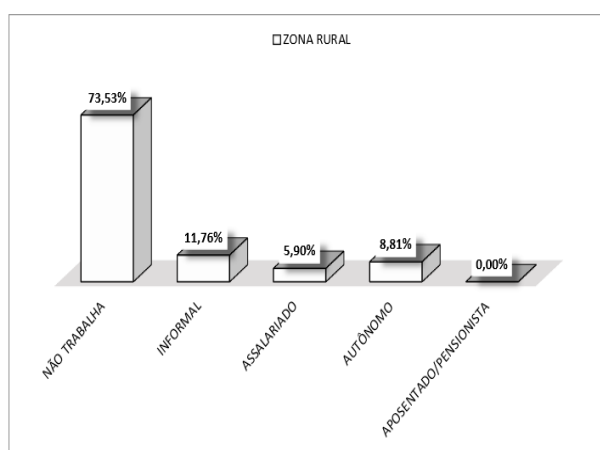
Já no Gráfico 2, que representa o grau de escolaridade dos responsáveis dos beneficiários do PBF da zona rural do município, verifica-se níveis de analfabetismo e de pessoas que apenas sabem ler e/ou escrever mais elevados quando comparados com a zona urbana, sendo de 17,60% e 20,60% respectivamente. Percebe-se também que o maior número de responsáveis possui o ensino médio incompleto, diferente da zona urbana que era apenas o ensino fundamental, sendo 23,50%, e nenhum responsável possui ou está cursando o ensino superior.

Gráfico 3 – Situação no mercado de trabalho do Responsável Familiar – Olho D'Água do Borges/RN, Zona Urbana (2018).



Fonte: Pesquisa de campo. Elaboração: Autora.

Gráfico 4 – Situação no mercado de trabalho do Responsável Familiar – Olho D'Água do Borges/RN, Zona Rural (2018)



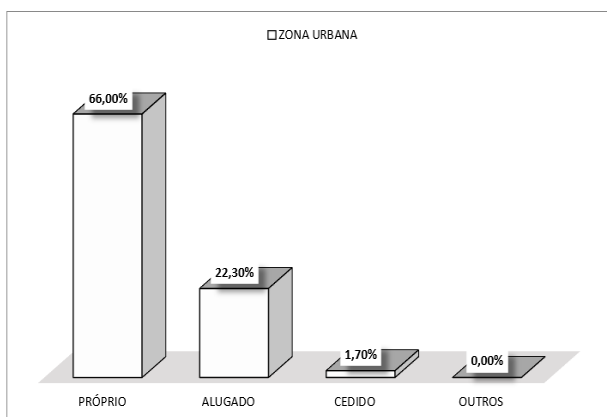
Fonte: Pesquisa de campo. Elaboração: Autora

Quanto à situação no mercado de trabalho, na zona urbana do município (Gráfico 3) verifica-se que 68,90% do total de responsáveis familiares beneficiários do PBF, encontram-se desempregados. Em segundo lugar, encontra-se as categorias, de trabalho informal e autônomo, com 17,50% e 7,80%, seguidos pelas categorias de aposentados/pensionistas (1,90%), e assalariados (3,90%).

Analisando o Gráfico 4, observa-se um alto índice de indivíduos desempregadas (73,30%), na sequência o número de trabalhos informais de 11,76%, trabalhos autônomos com 8,81%, seguido de 5,90% dos responsáveis que são assalariados, e nenhum responsável familiar é aposentado ou pensionista.

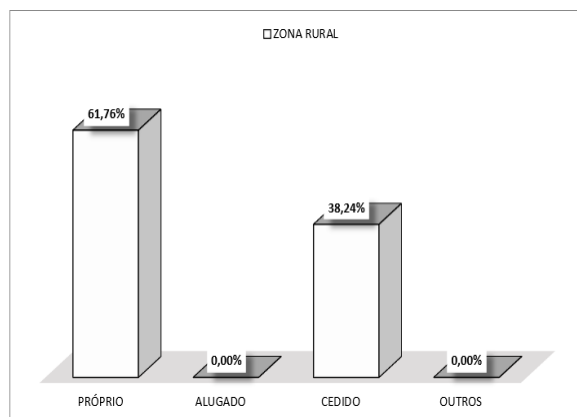
A situação apresentada do mercado de trabalho é reflexo do baixo nível de desenvolvimento econômico da região, onde há baixa demanda por trabalho. Outro fator, é que tanto na zona urbana como na zona rural, a maioria dos responsáveis familiares entrevistados são mulheres, sendo 76,70% e 82,45%, respectivamente, e em sua maioria são “donas de casa”. Tais aspectos possibilitam a concentração de pessoas dependentes desses benefícios sociais.

Gráfico 5 – Situação do domicílio da família – Olho D’Água do Borges/RN, Zona Urbana (2018).



Fonte: Pesquisa de campo. Elaboração: Autor.

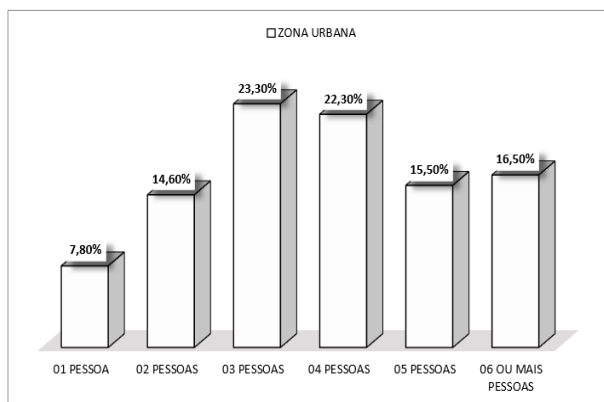
Gráfico 6 – Situação do domicílio da família – Olho D’Água do Borges/RN, Zona Rural (2018).



Fonte: Pesquisa de campo. Elaboração: Autor.

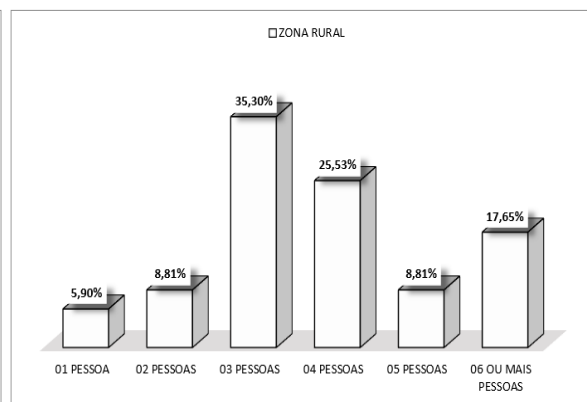
Ao analisar a situação do domicílio dos beneficiários do PBF, observou-se resultados positivos (Gráficos 5 e 6). Pode-se verificar que mais da metade dos domicílios são próprios. Sendo 66% de domicílios próprios na zona urbana e 61,76% na zona rural. Na zona rural nota-se uma expressiva quantidade de domicílios cedidos (38,24%), na qual são disponibilizados em troca de trabalho ou cedidos por familiares.

Gráfico 7 – Quantidade de pessoas residentes por domicílio – Olho D'Água do Borges/RN, Zona Urbana (2018).



Fonte: Pesquisa de campo. Elaboração: Autora.

Gráfico 8 – Quantidade de pessoas residentes por domicílio – Olho D'Água do Borges/RN, Zona Rural (2018).



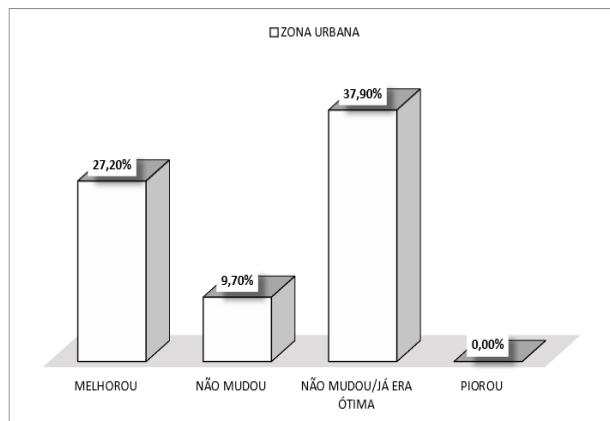
Fonte: Pesquisa de campo. Elaboração: Autora.

Os Gráficos 7 e 8 mostram o número de pessoas residentes por domicílio em cada zona do município, na zona urbana a maioria é composta por 03 membros em sua família, totalizando cerca de 23,30%, em seguida a composição com 04 membros (22,30%), e a família que possui 06 membros ou mais também ocupa uma porcentagem significativa de 16,50%. Na zona rural a família é composta em sua maioria por 03 pessoas (35,30%), na sequência por 04 membros (23,53%), e apenas 17,65% é composta por 06 membros ou mais.

Ainda analisando a composição familiar, observou-se que, na zona urbana, 25,20% das famílias apresentam pelo menos 01 filho dependente da renda. Por outro lado, apenas 53,40% das famílias são compostas por 02 filhos ou mais, e 21,40% das famílias não possuem filhos em sua composição. Na zona rural, 20,60% das famílias não possuem filhos dependentes da renda, 32,40% possuem pelo menos 01 filho e 47% possuem 02 filhos ou mais em sua dependência.

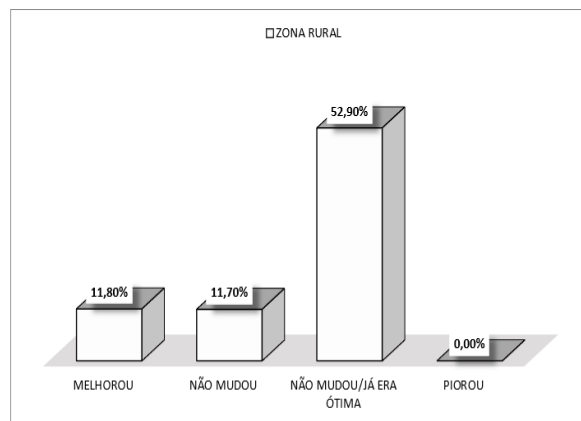
O acompanhamento das crianças na educação faz parte das condicionalidades do Programa Bolsa Família, que são compromissos assumidos pelos beneficiários e pelo poder público, com o objetivo de estimular o acesso à educação, a permanência dos alunos na escola e ajudar as famílias a quebrarem o ciclo da pobreza. Os Gráficos 9 e 10, a seguir mostram quais os impactos que o Bolsa Família causa no município de Olho D'Água do Borges – RN, tanto na sua zona urbana como na rural, em termos de presença escolar.

Gráfico 9 – Frequência escolar das crianças e adolescentes beneficiárias do PBF – Olho D'Água do Borges/RN, Zona Urbana (2018).



Fonte: Pesquisa de campo. Elaboração: Autora.

Gráfico 10 – Frequência escolar das crianças e adolescentes beneficiárias do PBF – Olho D'Água do Borges/RN, Zona Rural (2018).



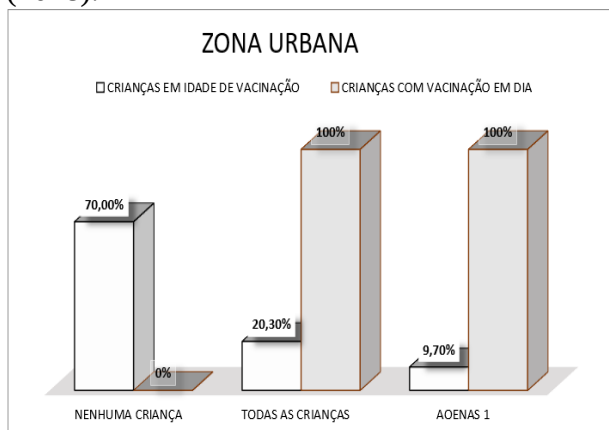
Fonte: Pesquisa de campo. Elaboração: Autora.

No gráfico 9, que retrata a zona urbana, tem-se que 27,20% obteve melhoria na frequência escolar dos filhos depois do PBF, outros 37,90% relatou que a frequência dos filhos não mudou, e manteve-se boa, e apenas uma pequena parcela (9,70%) falou que o PBF não mudou a frequência dos filhos. Já no Gráfico 10 referente a zona rural, nota-se que a maioria dos entrevistados (52,90%) responderam que não houve mudança, pois já era ótima, e 11,80% falaram que melhorou e a mesma percentagem respondeu que não mudou em nada frequência dos filhos na escola. Vale ressaltar que o município de Olho D'Água do Borges – RN possui escolas em todas as comunidades rurais pertencentes ao município, facilitando assim, o acesso de muitas famílias a elas.

No que diz respeito à saúde, as famílias apresentaram dados positivos tanto no que se refere à cobertura do programa na área da saúde, como no cumprimento das condicionalidades do PBF. Entre as condicionalidades pode-se citar a vacinação das crianças, e o acompanhamento das gestantes existentes a domicílio.

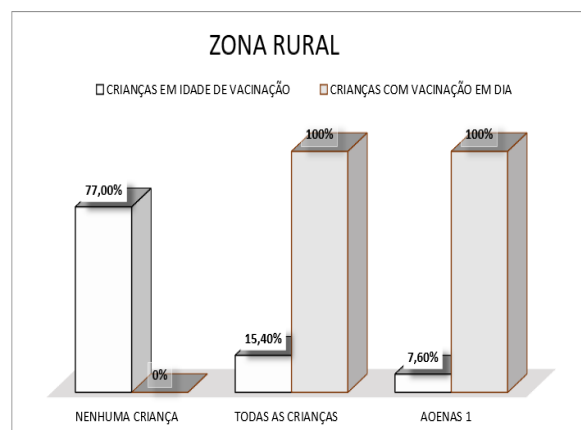
Pode-se observar dentre os domicílios pesquisados na zona rural, 70% não possuem crianças em idade de vacinação. Os 30% dos domicílios que apresentaram crianças em idade de vacinação (0-5 anos), cumprem este, conferindo uma cobertura de 100% no acompanhamento do PBF das atividades referentes à saúde infantil. Já na zona rural (Gráfico 12) pode-se verificar uma cobertura total do PBF, dos 23% das crianças que estão em idade de vacinação.

Gráfico 11 – Quantidade de domicílios com crianças em idade de vacinação – Olho D'Água do Borges/RN, Zona Urbana (2018).



Fonte: Pesquisa de campo. Elaboração: Autora.

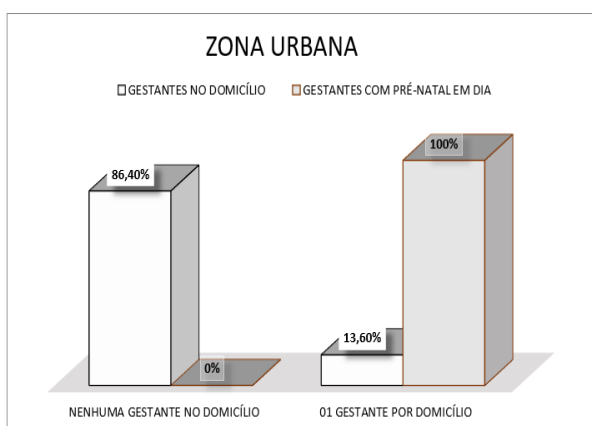
Gráfico 12 – Quantidade de domicílios com crianças em idade de vacinação – Olho D'Água do Borges/RN, Zona Rural (2018).



Fonte: Pesquisa de campo. Elaboração: Autora.

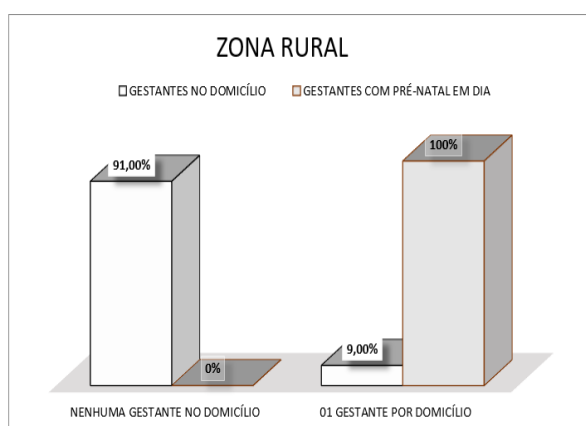
Na condicionalidade, que é direcionada ao acompanhamento das gestantes integrantes do PBF, observa-se nos Gráficos 13 e 14, que 100% dos domicílios com gestantes, se encontram com consultas e procedimentos pré-natais em dias, em todas as zonas, tanto no sítio como na cidade. No município de Olho D'Água do Borges – RN existem Unidades Básicas de Saúde em diversas comunidades rurais, o que melhora a assistência médica dos integrantes da zona rural.

Gráfico 13 – Quantidade de gestantes por domicílios – Olho D'Água do Borges/RN, Zona Urbana (2018).



Fonte: Pesquisa de campo. Elaboração: Autora.

Gráfico 14 – Quantidade de gestantes por domicílios – Olho D'Água do Borges/RN, Zona Rural (2018).



Fonte: Pesquisa de campo. Elaboração: Autora.

No entanto, 63,10% das famílias entrevistadas na zona urbana e 79,40% dos entrevistados na zona rural afirmaram que a saúde familiar melhorou após o ingresso no PBF,

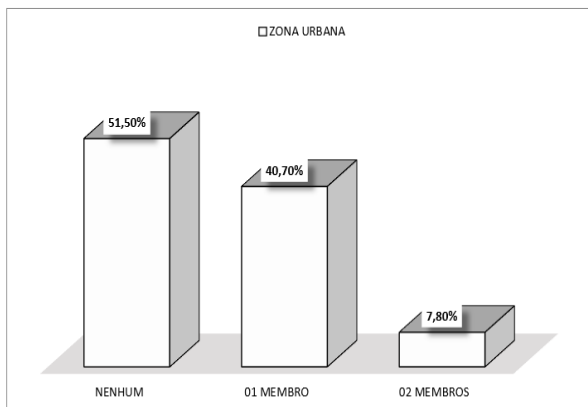
enquanto 36,90% do total da zona urbana e 20,60% do total da zona rural disseram que a saúde não sofreu nenhuma modificação e nenhum dos entrevistados afirmaram piora, nos serviços após o seu ingresso no programa.

Essa melhora é possibilitada, mesmo que indiretamente, pelo programa Bolsa Família, pela disponibilidade de medicamentos e serviços de saúde ofertados aos beneficiários do programa, através do monitoramento do cumprimento das atribuições do mesmo pelas famílias, ou até mesmo, pela compra de medicamento com o benefício recebido. O Bolsa Família, como política social relaciona-se com outras estratégias/programas para o enfrentamento e combate da desigualdade social, com vistas a assistir as famílias vulneráveis em serviços básicos de saúde, educação e segurança alimentar; integrando uma rede sócio assistencial.

6.2 CARACTERÍSTICAS ECONÔMICAS DAS FAMÍLIAS BENEFICIADAS PELO PBF

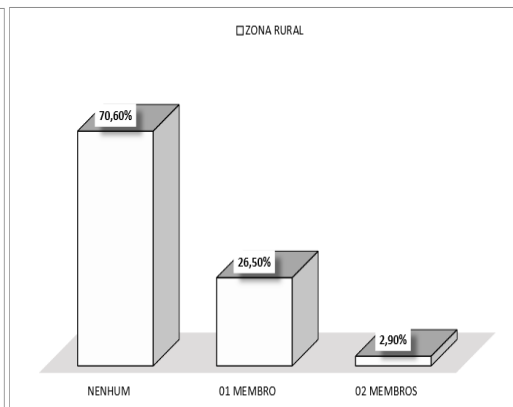
Para entender a realidade econômica das famílias entrevistadas, começa-se a analisar de que forma é obtida a renda familiar, em tentativa de identificar quais os rendimentos são componentes econômicos destas famílias. Nesta perspectiva, os Gráficos 15 e 16 mostram o número atual de pessoas em situação de trabalho por domicílio, onde observa-se que o número de domicílios onde não há ninguém trabalhando é maior na zona rural, tendo 70,60% da porcentagem dos entrevistados, enquanto que na zona urbana são 51,50%, tendo 40,70% com pelo menos 01 pessoa trabalhando no domicílio. A presença de tais números confirma o que já foi exposto anteriormente, o baixo desenvolvimento econômico da região do Alto Oeste Potiguar, ligado a um mercado local saturado que leva, muitas famílias a não possuir a garantia de emprego, dada a circunstância de não haver muitas indústrias ou empresas para suprir a oferta da mão-de-obra qualificada, o que acarreta a dependência de benefícios, sejam eles previdenciários ou sócio assistencialistas.

Gráfico 15 – Quantidade de pessoas em situação de trabalho no domicílio – Olho D'Água do Borges/RN, Zona Urbana (2018).



Fonte: Pesquisa de campo. Elaboração: Autora.

Gráfico 16 – Quantidade de pessoas em situação de trabalho no domicílio – Olho D'Água do Borges - RN.



Fonte: Pesquisa de campo. Elaboração: Autora.

O trabalho em cada domicílio de famílias beneficiadas pelo PBF se mostra bastante escasso, e observa-se que em parte dos domicílios pesquisados apresenta somente uma pessoa trabalhando, fato este que se assemelha à condição mencionada por Henrique (2000), quando diz que o país passa por dificuldades de crescimento e o mercado torna-se incapaz de absorver a mão-de obra ofertada. Desta forma, o município, tal como o país, não tem como possibilitar uma capacidade de absorção suficiente para inserir a mão-de-obra ofertada dentro da localidade.

Dada esta situação, foi possível constatar que na zona urbana do município, pelo menos 13,50% dos domicílios há a presença de pelo menos um aposentado/pensionista, e, na zona rural 11,80% da presença destes mesmos. Isso demonstra a dependência cada vez maior dos benefícios assistencialistas que o governo tem a ofertar.

Gráfico 17 – Nível de renda das famílias – sem o valor do benefício do Bolsa Família – Olho D'Água do Borges – RN, Zona Urbana (2018).

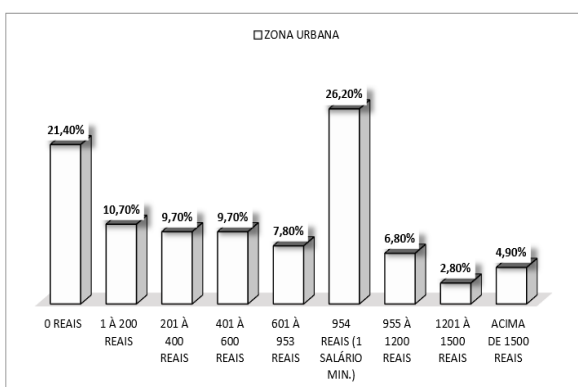
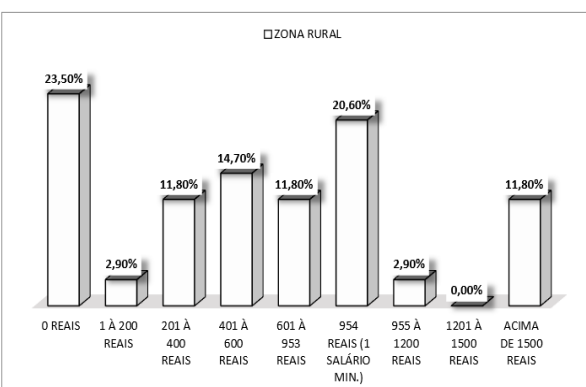


Gráfico 18 – Nível de renda das famílias – sem o valor do benefício do Bolsa Família – Olho D'Água do Borges – RN, Zona Rural (2018).



Fonte: Pesquisa de campo. Elaboração: Autora.

Fonte: Pesquisa de campo. Elaboração: Autora.

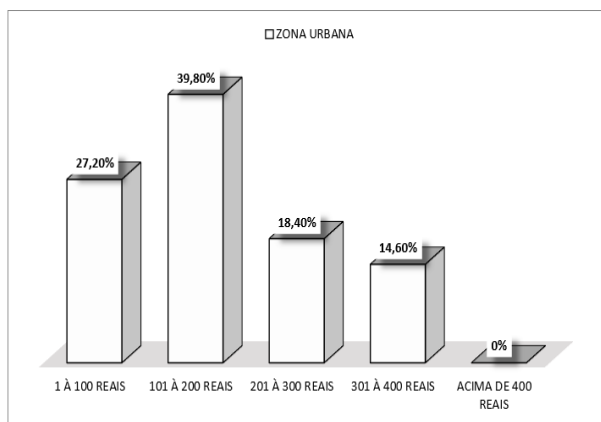
De acordo com os dados (Gráficos 17 e 18) encontra-se dois níveis de renda com maior representatividade em ambas as zonas da cidade: a faixa entre e inexistência de renda e a de R\$ 954,00 (novecentos e cinquenta e quatro reais) que corresponde a 1 salário mínimo. Na zona urbana (Gráfico 17), a inexistência de renda é de 21,40%, enquanto na zona rural (Gráfico 18) é de 23,50%, ambas próximas, situação que proporcionou aos entrevistados relatarem da falta de oportunidades para ganhar uma renda extra ou até mesmo um trabalho fixo. A percentagem de famílias com apenas 1 salário mínimo na zona urbana e rural é de 26,20% e 20,60% respectivamente, fato que contribui para essa renda é a presença de aposentados e/ou pensionistas no domicílio.

Tem-se uma porcentagem significativa de pessoas que apresentam rendas acima de R\$ 1.000,00 (um mil reais) nos domicílios, a presença dessas famílias com renda mensal acima de R\$ 1.000,00, leva a entrar em discussão quanto aos critérios de seleção adotados pelo PBF. Dada esta situação levanta-se duas hipóteses: A primeira é que a família apresente um número grande de membros. A outra é que existem falhas na administração e gestão local do programa, ao permitir que pessoas que não se adequam aos critérios de elegibilidade para obtenção de recursos sociais estejam recebendo esses benefícios.

De qualquer maneira, o Estado, como mecanismo regulador da sociedade, em suas atribuições, procura minimizar os impactos causados pelo mercado sobre as classes desfavorecidas, gerenciando programas e políticas de geração e de transferência de renda direta, com grande destaque para o PBF. Como foi observado, boa parte da população não possui renda alguma, o que torna essa classe passível de ser público-alvo de políticas sociais.

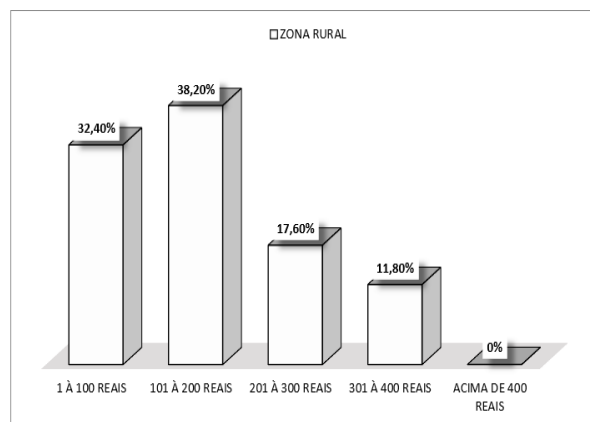
Os Gráficos 17 e 18 mostram os valores dos benefícios recebidos pelas famílias pesquisadas na cidade e no campo.

Gráfico 19 – Valor recebido do Bolsa Família – Olho D'Água do Borges – RN, Zona Urbana (2018).



Fonte: Pesquisa de campo. Elaboração: Autora.

Gráfico 20 – Valor recebido do Bolsa Família – Olho D'Água do Borges -RN, Zona Rural (2018).



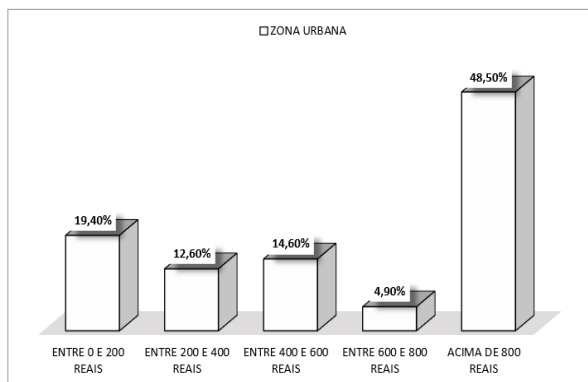
Fonte: Pesquisa de campo. Elaboração: Autora.

O valor recebido do PBF mensalmente pelas famílias é transferido de acordo com os seus critérios de seleção, enquadrando desta forma as pessoas no nível de benefício adequado à sua condição avaliada. Neste parâmetro, como mostram os gráficos da zona urbana e rural, 27,20% e 32,40% das famílias respectivamente, recebem mensalmente do Bolsa Família entre R\$ 1,00 – 100,00. Logo em seguida encontra-se 39,80% da zona urbana e 38,20% da zona rural que recebem na faixa de R\$ 101,00 -200,00. E, em ambos os gráficos, nenhuma família entrevistada recebe acima de R\$ 400,00. O valor médio recebido pelas famílias da cidade é de R\$ 165,44, sendo que 33% dessas famílias estão acima da média e 27,20% se encontram abaixo da média.

Nas famílias da zona rural, o valor médio é de R\$ 174,46, sendo que 29,40% dos domicílios estão acima da média e 32,40% abaixo da média. Os dados apresentados mostram que, segundo o MDS (2015), a maioria das famílias se enquadram na linha de pobreza extrema, as quais apresentam a renda *per capita* de até R\$ 77,00.

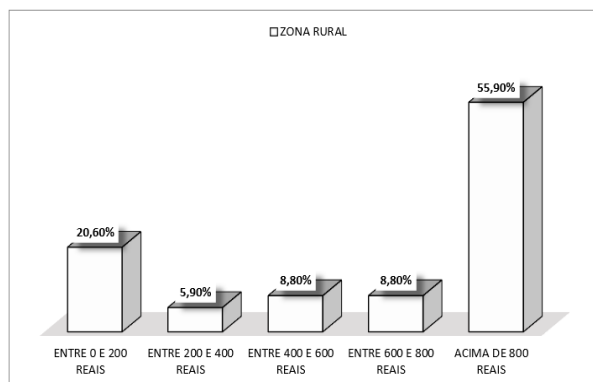
Com o repasse mensal dos benefícios do PBF, realizado pelo MDS, algumas famílias sem nenhuma renda passaram a recebê-lo. Nos Gráficos 19 e 20 observa-se o nível da renda com maior representatividade (após o PBF) tanto na zona urbana como na zona rural, ressaltando que a renda que representa 48,5% do total de entrevistados fica acima de R\$ 800,00 na zona urbana e 55,9% na zona rural.

Gráfico 21 – Nível de renda das famílias – com o valor do benefício do Bolsa Família – Olho D'Água do Borges – RN, Zona Urbana (2018).



Fonte: Pesquisa de campo. Elaboração: Autora.

Gráfico 22 – Nível de renda das famílias – com o valor do benefício do Bolsa Família – Olho D'Água do Borges – RN, Zona Rural (2018).

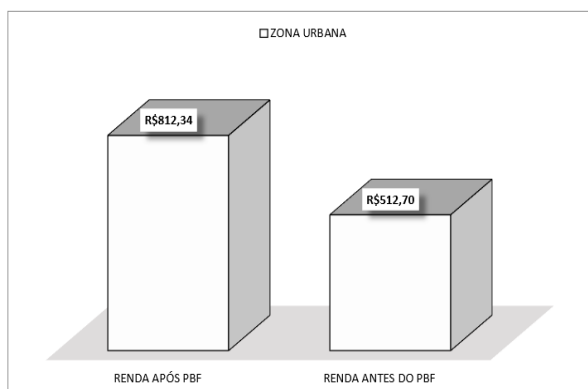


Fonte: Pesquisa de campo. Elaboração: Autora.

Houve acréscimo significativo na renda familiar, promovida pelo PBF, onde é possível observar, como aponta Ortega (2007), que os programas de transferência de renda direta promovem a redução dos domicílios sem renda, e isto é observado nos Gráficos 21 e 22, onde anteriormente, as famílias sem renda ocupavam mais de 20% dos domicílios. Os repasses do benefício contribuem para melhorar a renda das famílias beneficiadas, já que em sua maioria se encontram em uma situação econômica de mera subsistência (ALVES, 2008).

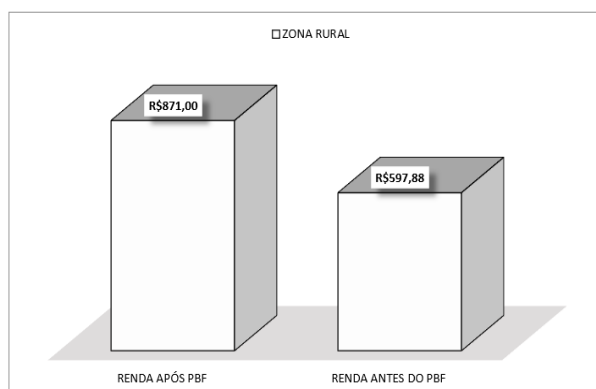
Os gráficos 21 e 22 mostram que ocorreu um aumento na renda média das famílias após o PBF, na zona urbana de R\$ 299,64 e na zona rural um aumento de R\$ 272,12, o que implica que o PBF, certamente, possibilita impactos socioeconômicos positivos sobre as famílias Olho-D'Água-Borgenses.

Gráfico 23 – Renda média das Famílias (em R\$) - com PBF e sem PBF – Olho D'Água do Borges – RN, Zona Urbana (2018).



Fonte: Pesquisa de campo. Elaboração: Autora.

Gráfico 24 – Renda média das Famílias (em R\$) - com PBF e sem PBF – Olho D'Água do Borges – RN, Zona Rural (2018).

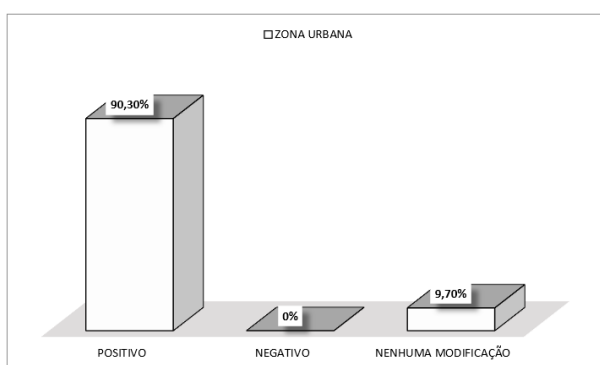


Fonte: Pesquisa de campo. Elaboração: Autora.

Na zona urbana, 71,80% das famílias disseram que se consideram confortáveis com a sua situação econômica atual e na zona rural 73,50% destes. O que caracteriza cada vez mais as vantagens e melhorias que o Bolsa Família proporciona aos beneficiários

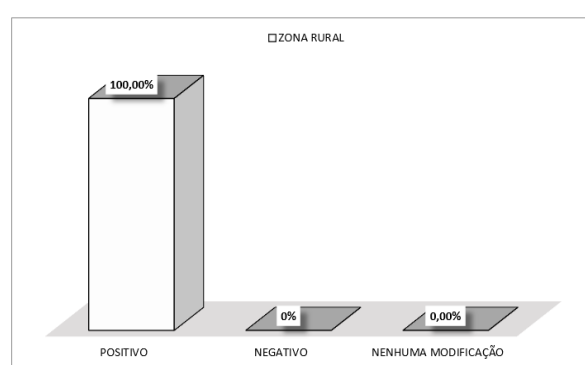
O Programa Bolsa família provocou uma redução de domicílios sem renda de cerca de 20% em todas as zonas da cidade, o que enfatiza a importância desse benefício frente à renda das famílias beneficiadas em Olho D'Água do Borges - RN, possibilitando às mesmas, condições econômicas melhores para sua sustentabilidade.

Gráfico 25 – Opinião dos representantes sobre o impacto do PBF no domicílio – Olho D'Água do Borges – RN, Zona Urbana (2018).



Fonte: Pesquisa de campo. Elaboração: Autora.

Gráfico 26 – Renda média das Famílias (em R\$) - com PBF e sem PBF – Olho D'Água do Borges – RN, Zona Rural (2018).



Fonte: Pesquisa de campo. Elaboração: Autora.

Verificando-se esse impacto positivo, buscou-se a opinião dos beneficiários sobre tais impactos do programa mostrados nos Gráficos 23 e 24, e notou-se que 90,30% dos beneficiários da zona urbana afirmaram que o programa causa impactos positivos, nenhum domicílio respondeu que causam impactos negativos, sendo apenas 9,70% sem nenhuma modificação após o PBF. Já na zona rural todos os entrevistados afirmaram que o PBF causa impactos positivos na vida das famílias.

Diante dos impactos positivos causados pelo PBF, não se pode reduzi-lo apenas como um programa de transferência de renda à população carente, mas deve-se considera-lo como um programa conjunto, universal, que possibilita a toda a população a garantia ao acesso à alimentação, saúde e educação de qualidade. (TAKAGI, 2006).

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o objetivo de avaliar os impactos socioeconômicos do Programa Bolsa Família nas famílias beneficiadas, no município de Olho D'Água do Borges – RN, e baseado nos resultados apontados no tópico anterior, os beneficiários apresentam em sua maioria um baixo grau de escolaridade com 26,20% na zona urbana e 17,60% na zona rural com apenas o ensino fundamental, e também existe uma representação significativa de analfabetos e daqueles que sabem somente ler e/ou escrever, com respectivamente 13,60% e 15,5% na cidade e 17,60% e 20,60% no campo. Paralelamente constata-se que 68,9% e 71,53% dos representantes familiares pesquisados em ambas as zonas se encontram sem trabalho. E a média de pessoas por domicílio é 3,73 e desse valor apenas 0,56 pessoas estão trabalhando. Por consequência, a junção de uma baixa escolaridade e a presença relativa de desemprego dentro da família, acaba por gerar um quadro preocupante socialmente.

Os beneficiários afirmam que após a inclusão das famílias no PBF ocorreu uma melhoria na qualidade de vida. Verificou-se que o PBF contribui para reduzir a pobreza e gera um efeito positivo em relação à educação principalmente na quantidade de crianças que frequentam a escola regularmente. Viabilizar o acesso à renda a tantas famílias pobres faz do PBF um grande avanço das políticas sociais, mas ainda é insuficiente para que elas superem em curto prazo de tempo a linha de pobreza e consigam deixar de receber o benefício. Ambos também relataram melhorias nas condições de saúde após o PBF, tanto no que diz respeito às vacinações das crianças e pré-natais em dias, quanto na importância do dinheiro recebido pelo programa para compra de medicações necessárias.

Outro fator importante que foi observado é que a renda média das famílias pesquisadas na zona rural e urbana após o recebimento do PBF teve um aumento significativo de aproximadamente 45,70% e 58,50% respectivamente. Dessa forma, o programa proporcionou uma evolução na renda familiar, proporcionando uma redução de 20% no número de domicílios de toda zona da cidade sem renda.

Através do que foi exposto, pode-se afirmar que o PBF é um programa universal complexo que viabiliza melhores condições socioeconômicas às famílias pobres no país. Dentro do município de Olho D'Água do Borges - RN, o mesmo promoveu um aumento significativo no nível de renda das famílias beneficiadas, proporcionando uma melhoria nas condições de vida, ao se constatar 95,15% de satisfação na atuação do programa no município.

Com os resultados aqui obtidos e expostos é possível confirmar a eficácia do Programa Bolsa Família e na melhoria da vida dos beneficiários e de sua contribuição direta a partir das

condicionalidades na área da saúde, educação e no acesso da população aos serviços públicos que já lhes são de direito, o que permite a redução da pobreza na população.

As dificuldades apresentadas no decorrer do trabalho estão relacionadas a aplicação do questionário, devido ao medo que os beneficiários têm da fiscalização do PBF, recusando-se a responder qualquer pergunta sobre o mesmo, com o receio sobre tais questionamentos. Contudo, após explicação que não seria identificado nenhum dos beneficiários, os mesmos responderam, ocasionado nenhuma interferência nos dados expostos.

Para trabalhos futuros sugere-se ser verificados aspectos relacionados a população que se encaixa no programa e nunca teve acesso ao benefício e para aqueles que recebem o benefício, mas não se enquadram no mesmo e verificar porque isso acontece.

REFERÊNCIAS

ABENSUR, Themis; CRIBARI-NETO, Francisco; MENEZES, Tatiane. Impactos do Programa Bolsa Família nos Resultados das Eleições Presidenciais no Brasil em 2006. XXXV Encontro Nacional de Economia da ANPEC, **Anais...**, Recife, 2007. Disponível em: Acesso em: 06/11/2017.

ALVES, C. M. L. et al. Avaliação de Impacto do Programa Bolsa Família: uma proposta preliminar, 2008. Disponível em: <http://www.enap.gov.br/downloads/ec43ea4fAvaliacaoImpacto.pdf> Acesso em: 09 nov. 2017.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento social e Combate à Fome, Programa Bolsa Família, Brasília, 2004.

BRASIL. MDS. Programa Bolsa Família. Brasília: MDS, 2013. Disponível em: www.mds.gov.br. Acessado em: 15.04.2015.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. Disponível em https://www.beneficiosociais.caixa.gov.br/consulta/beneficio/04.01.00-00_00.asp. Acesso em 07 de novembro de 2017.

CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Côrtes. (Orgs.) **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: Ipea, 2013.

CHIODA, Laura; De MELLO, JOÃO M.P.; SOARES, Rodrigo R. Spillovers from conditional cash transfer programs: Bolsa família and Crime in Urban Brazil. **Rede de Economia Aplicada – REAP**; 2015.

COSTA, L. C. da. **Pobreza, Desigualdade e Exclusão Social**, In Sociedade e Cidadania: Desafios para o século XXI. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2005.

Decreto nº 5.209 de 17 de setembro de 2004. Regulamenta a Lei no 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5209.htm. Acesso em: 10 jan. 2018.

DEUS, Elenilde Rosa. **Impactos socioeconômicos do programa bolsa família no município de Itapirapua Paulista – SP**. Monografia, Especialização em Gestão Pública, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba – PR, 2013.

FERRAZ, F. C. **Crise financeira global: impactos na economia brasileira, política econômica e resultados**. 103 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD. Diretoria de Pesquisas. Coordenação de Trabalho e Rendimento, 2010. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Vários acessos.

_____. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, 2014. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Vários acessos.

_____. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Vários acessos.

LANDIM JÚNIOR, P. H. Os efeitos do Programa Bolsa Família sobre a economia dos municípios brasileiro, Instituto de Ensino e Pesquisa, São Paulo, 2009. Disponível em www.ipc-undp.org/publications/mds/33P.pdf.

LEITE, Thiago, E. P. “o programa bolsa família e a incidência de pobreza no município de Olho D’Água do Borges –RN”, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Umarizal, 2010.

MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME – MDS. Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI. 2015. Disponível em: <http://mds.gov.br/assistencia-social-suas/servicos-e-programas/peti>. Acesso em 08/11/2017.

MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME, SENARC. Disponível em http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/bolsa_familia/Guias_Manuais/orientacoes_g_estaolocal.pdf. Acesso em: 06/11/2017 às 21h34.

ORTEGA, A. C. (Org.). **Território, políticas públicas e estratégias de desenvolvimento**. Campinas: Alínea, 2007.

PEQUENO, R. dos S. A. **O Programa Bolsa-Família: seus efeitos econômicos e sociais na região nordeste do Brasil**. Natal/RN: UFRN, 2008. 31p. Biblioteca Virtual Bolsa Família. Disponível em <http://www.ipc-undp.org/publications/mds/26M.pdf>. Acesso em 06 de novembro de 2017.

PEREIRA, C. P A pobreza, suas causas e interpretações: destaque ao caso brasileiro. **Ser. Social**, Brasília, nº 18, p. 229-252, jan./jun. 2006.

RICHARDSON, RJ. **Pesquisa Social: Métodos e Técnicas**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SILVA, M. O. Z. O Bolsa Família: problematizando questões centrais na política de transferência de renda no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 12, p. 1429-1439, 2007.

SMITH, Malcolm. **Research Methods in Accounting**. SAGE Publicarmos: London, 2003.

TAKAGI, M.; GRAZIANO DA SILVA, J.; DEL GROSSI, M. **Pobreza e fome**: em busca de uma metodologia para quantificação do problema no Brasil. Campinas, SP: IE/Unicamp, 2006.

WEISSHEIMER, M. A. **Bolsa Família**: Avanços, limites e Possibilidades do Programa que está transformando a vida de milhões de Famílias no Brasil. 2º edição revista e atualizada, São Paulo: editora Fundação Perseu Abramo, 2010.

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA

ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADA ÀS FAMÍLIAS BENEFICIADAS PELO BF EM OLHO D'ÁGUA DO BORGES/RN

1. ZONA ENTREVISTADA:

- ☐ RURAL ☐ URBANA

2. ESCOLARIDADE DO REPRESENTANTE FAMILIAR:

- ☐ SABE LER/ESCREVER ☐ ENSINO MÉDIO INCOMPLETO
☐ ANALFABETO ☐ ENSINO MÉDIO COMPLETO
☐ ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO ☐ ENSINO SUPERIOR INCOMPLETO
☐ ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO ☐ ENSINO MÉDIO COMPLETO

3. SEXO DO REPRESENTANTE FAMILIAR:

- ☐ MASCULINO ☐ FEMININO

4. SITUAÇÃO DO RESPONSÁVEL NO MERCADO DE TRABALHO:

- ☐ NÃO TRABALHA ☐ APOSENTADO/PENSIONISTA
☐ INFORMAL ☐ AUTÔNOMO
☐ ASSALARIADO

5. DOMICÍLIO QUE RESIDE A FAMÍLIA É:

- ☐ PRÓPRIO ☐ CEDIDO
☐ ALUGADO ☐ OUTROS

6. DOMICÍLIO POSSUI SERVIÇOS BÁSICOS DE ÁGUA E/OU ENERGIA ELÉTRICA INSTALADA?

- ☐ SIM ☐ NÃO

7. QUANTAS PESSOAS RESIDEM NO DOMICÍLIO?

- ☐ 1 PESSOA ☐ 2 PESSOAS

☐ 3 PESSOAS

☐ 5 PESSOAS

☐ 4 PESSOAS

☐ 6 OU MAIS

8. QUANTOS MEMBROS DA FAMÍLIA ESTÃO TRABALHANDO?

☐ NENHUM

☐ 4 PESSOAS

☐ 1 PESSOA

☐ 5 OU MAIS

☐ 2 PESSOAS

☐ TODOS OS MEMBROS

☐ 3 PESSOAS

9. QUANTOS MEMBROS SÃO APOSENTADO/PENSIONISTA?

☐ NENHUM

☐ 4 PESSOAS

☐ 1 PESSOA

☐ 5 OU MAIS

☐ 2 PESSOAS

☐ TODOS OS MEMBROS

☐ 3 PESSOAS

10. QUANTOS FILHOS DEPENDEM DA RENDA?

☐ NENHUM

☐ 3 FILHOS

☐ 1 FILHO

☐ 4 FILHOS

☐ 2 FILHOS

☐ 5 OU MAIS FILHOS

11. QUALA RENDA MENSAL DA FAMÍLIA? (DESCONSIDERANDO O PBF)

12. QUAL O VALOR RECEBIDO MENSALMENTE ATRAVÉS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA?

13. HOUVE MELHORIAS NA SUA VIDA APÓS O PBF?

☐ MUITO

☐ NÃO MELHOROU

☐ POUCO

14. A ALIMENTAÇÃO DA FAMÍLIA MELHOROU APÓS O RECEBIMENTO DO BENEFÍCIO?

☐ MUITO

☐ NÃO MELHOROU/CONTINUA

☐ POUCO

RUIM

☐ NÃO MELHOROU/JÁ ERA ÓTIMA

15. OS MEMBROS DA SUA FAMÍLIA FAZEM TRÊS OU MAIS REFEIÇÕES DIÁRIAS?

☐ SIM

☐ NÃO

16. QUANTO A SUA SITUAÇÃO ECONOMICA ATUAL, CONSIDERA CONFORTÁVEL?

☐ SIM

☐ NÃO

17. QUANTAS CRIANÇAS E/OU ADOLESCENTES ESTÃO INSCRITOS NO PROGRAMA?

☐ NENHUMA

☐ 2 CRIANÇAS

☐ TODAS AS CRIANÇAS

☐ 3 CRIANÇAS

☐ 1 CRIANÇA

☐ 4 OU MAIS CRIANÇAS

18. QUAL A FAIXA ETÁRIA DAS CRIANÇAS?

☐ 0 Á 5 ANOS

☐ 11 À 15 ANOS

☐ 6 À 10 ANOS

☐ 16 À 22 ANOS

19. A FREQUÊNCIA ESCOLAR DAS CRIANÇAS E/OU ADOLESCENTES APÓS ENTRAR NO PROGRAMA:

☐ MELHOROU

☐ NÃO MUDOU/JÁ ERA ÓTIMA

☐ NÃO MUDOU

☐ PIOROU – MOTIVO:

20. QUANTAS CRIANÇAS PARTICIPANTES DO PROGRAMA ESTÃO EM IDADE DE VACINAÇÃO?

☐ NENHUMA

☐ 2 CRIANÇAS

☐ TODAS CRIANÇAS

☐ 3 CRIANÇAS

☐ PARTICIPANTES DO PROGRAMA

☐ 4 OU MAIS

☐ 1 CRIANÇA

21. QUANTAS CRIANÇAS PARTICIPANTES DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA ESTÃO EM DIA COM A VACINAÇÃO?

☐ NENHUMA

☐ TODAS AS CRIANÇAS

- ☐ 1 CRIANÇA
☐ 2 CRIANÇAS
☐ 3 CRIANÇAS
☐ 4 OU MAIS

22. EXISTEM QUANTAS GESTANTES PARTICIPANTES DO PBF?

- ☐ NENHUMA
☐ 1
☐ 2
☐ 3 OU MAIS

23. QUANTAS GESTANTES ESTÃO EM DIA COM O PRÉ-NATAL?

- ☐ NENHUMA
☐ 1
☐ 2
☐ 3 OU MAIS

24. AS CONDIÇÕES DE SAÚDE NO DOMICÍLIO APÓS O PBF:

- ☐ MELHORARAM
☐ PIORARAM
☐ NÃO HOUVE MUDANÇAS

25. NA SUA OPINIÃO QUE TIPO DE IMPACTO O PBF TROUXE PARA FMÍLIA?

- ☐ POSITIVO
☐ NEGATIVO
☐ NENHUMA MODIFICAÇÃO